

6. A II Guerra Mundial e a posição de Portugal. O Acordo das Lajes e a questão de Timor.

7. A criação das Nações Unidas. O debate sobre as origens da Guerra Fria e a questão do dilema de segurança. A OTAN e a participação de Portugal. A dissuasão nuclear.

8. A descolonização. A Conferência de Bandung e a crise do Suez (1956). O papel das superpotências e da ONU. Portugal e o processo descolonizador.

9. A Terceira Vaga de democratização e Portugal. A queda do Muro de Berlim, a dissolução da URSS e as mudanças no Centro e Leste Europeus. A questão da promoção das democracias e das transições de regime.

10. O ressurgimento dos nacionalismos e os conflitos inter-étnicos. As Nações Unidas, as operações de paz e as questões do multilateralismo eficaz e das intervenções humanitárias. O papel da NATO, da UE e a posição de Portugal.

11. Etapas da construção europeia. A posição de Portugal perante a construção europeia (do Plano Marshall à adesão às Comunidades Europeias). Novos desafios do projeto europeu e da Aliança Atlântica: o Tratado de Lisboa, a crise do euro e o novo conceito estratégico da NATO. Portugal como membro da UE.

12. O mundo pós-guerra fria. A emergência da China, da Índia e do Brasil no contexto de um mundo mais globalizado. O terrorismo transnacional, os estados frágeis, a proliferação nuclear e a resposta a ameaças não-convencionais.

13. Políticas e organizações regionais. O Médio Oriente, o conflito israelo-árabe, a «Primavera Árabe» e as relações Euro-Mediterrânicas. A América Latina e as relações interamericanas. O Sudeste Asiático e a questão do pivot dos EUA para o Pacífico como eventual alternativa ao Atlântico.

14. Linhas mestras da política externa portuguesa. As dimensões atlântica, europeia e lusófona.

## Grupo II

### Direito Internacional Público e Direito da União Europeia

#### Direito Internacional Público

1. Direito Internacional Geral. Definição. Características do Direito Internacional clássico e do Direito Internacional contemporâneo. Globalização e Direito Internacional.

2. Fontes e Normas de Direito Internacional: os tratados e o costume internacional. Princípios gerais de Direito Internacional. As normas de jus cogens.

3. Sujeitos de Direito Internacional: Estados; Organizações Internacionais; a questão do indivíduo.

4. Direito Internacional Diplomático e Consular. As Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares. O princípio da imunidade dos Estados.

5. Direito Internacional da Organização das Nações Unidas. A Carta das Nações Unidas: missões e princípios fundamentais. A estrutura institucional da ONU.

6. Direito Internacional da Segurança Coletiva. Princípios de resolução de conflitos internacionais. O uso da força em Direito Internacional. Problemas contemporâneos: terrorismo e ciberterrorismo.

7. Direito Internacional do Ambiente.

8. Direito Internacional do Mar.

9. Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional Penal. As Convenções de Genebra. Crimes Internacionais e Responsabilidade Penal Internacional. A jurisdição do Tribunal Internacional Penal. O Estatuto de Roma.

10. Direito Internacional Económico e Direito do Comércio Internacional. Princípios Fundamentais do Direito Internacional Económico. Instituições do Direito Internacional Económico. Princípios Gerais da Organização Mundial de Comércio.

11. Direito Internacional dos Direitos Humanos. A proteção internacional dos Direitos do Homem. O Conselho da Europa. O Direito da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

12. Relações entre o Direito Internacional e o Direito Constitucional. A receção do Direito Internacional na esfera interna: dualismo e monismo. O caso português: o artigo 8.º da Constituição da República Portuguesa.

13. Processo de Vinculação Internacional do Estado Português. Competências constitucionais do Governo, Assembleia da República e Presidente da República.

#### Direito da União Europeia

1. O processo de integração europeia. Perspetiva histórica: das Comunidades à União Europeia.

2. A arquitetura institucional e orgânica: o princípio do equilíbrio institucional; a Comissão; os Conselhos; o Parlamento Europeu; o Banco

Central Europeu; os demais órgãos auxiliares; o Tribunal de Justiça da União Europeia.

3. Os procedimentos decisórios: o procedimento ordinário; os procedimentos especiais; o procedimento de adesão de novos Estados; o procedimento de revisão dos Tratados; o procedimento de vinculação internacional.

4. O ordenamento jurídico da União e os seus princípios fundamentais: as fontes de direito da União; o princípio das competências atribuídas; o princípio do efeito direto; o princípio do primado; o princípio da interpretação conforme; o princípio da responsabilidade do Estado.

5. A proteção dos direitos fundamentais na União Europeia. A Carta dos Direitos Fundamentais.

6. O Mercado Interno: as quatro liberdades e as políticas comuns.

7. A Cidadania Europeia.

8. As relações externas da União e a Política Externa e de Segurança Comum.

## Grupo III

### Política económica e relações económicas internacionais

1. Comércio internacional de bens, serviços e ativos financeiros. As diferentes formas de protecionismo e os seus efeitos sobre o bem-estar nacional e estrangeiro. A OMC e os seus mecanismos de resolução de conflitos.

2. Fenómenos migratórios e remessas unilaterais. Investimento direto estrangeiro. Mecanismos de arbitragem nos mercados financeiros internacionais e ataques especulativos. FMI, Banco Mundial e bancos regionais de desenvolvimento.

3. Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, desenvolvimento sustentável e efeitos da ajuda externa (o “consenso de Monterrey”). A concertação no quadro da CPLP.

4. Caracterização e exemplos de integração económica regional: EFTA, MERCOSUL, NAFTA, ASEAN e APEC. A integração europeia.

5. As relações entre os grandes blocos económicos mundiais: EUA, UE e Japão. A condução das políticas económicas nos países da OCDE e na zona euro. A emergência de novas potências económicas - Rússia, China, Índia e Brasil.

6. Crise financeira internacional e suas consequências na competitividade das economias. Ajustamento estrutural, processos de privatizações, abertura à economia de mercado e redução das desigualdades sociais. Energia e alimentos. Economia do Mar.

7. Empresas, organizações não governamentais e meios de comunicação social multinacionais.

8. Efeitos sobre a atividade económica a curto e longo prazo das políticas monetárias, cambial e orçamental. As reformas estruturais.

9. Impacto na economia portuguesa das políticas comunitárias agrícola, de coesão, de concorrência, industrial e de transportes. A estratégia de Lisboa. Os efeitos do alargamento da União Europeia.

10. A competitividade e o crescimento da economia portuguesa. Sistema financeiro e fiscal. Grupos económicos e investimentos portugueses no estrangeiro. Medidas de apoio à internacionalização de empresas e à atração de investimento direto estrangeiro. A Diplomacia Económica ao serviço das empresas portuguesas. Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia. Papel da AICEP na promoção do comércio externo e na captação de investimento.

11. A necessidade de diversificação dos mercados e alargamento da base exportadora. Valor económico da Língua Portuguesa. Plataformas económicas da Lusofonia: acesso a mercados sub-regionais e parcerias estratégicas. Valorização das comunidades portuguesas no estrangeiro.

206610575

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

### Despacho n.º 16198-B/2012

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 157/99, de 14 de setembro, o Conselho Diretivo do IPMA, I. P. deliberou nomear o júri do concurso interno documental, na modalidade de reserva de recrutamento, com vista ao preenchimento de uma vaga na categoria de investigação científica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., na área científica de Biogeoquímica.

Nos termos do artigo 20.º do diploma supra referenciado e sob proposta de Conselho Científico, nomeio o respetivo júri que terá a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Jorge Miguel Alberto de Miranda, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.;

Vogais:

Professora Catedrática, Maria João Bebiano, Universidade do Algarve;

Professor Catedrático, Casimiro Adrião Pio, Universidade de Aveiro;

Professor Catedrático, Fernando Jose Arraiano de Sousa Barriga, Universidade de Lisboa;

Investigador Coordenador, Carlos Alberto Garcia do Vale, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

13 de dezembro de 2012. — O Presidente, *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

206604881

#### **Despacho n.º 16198-C/2012**

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 157/99, de 14 de setembro, o Conselho Diretivo do IPMA, I. P. deliberou nomear o júri do concurso interno documental, na modalidade de reserva de recrutamento, com vista ao preenchimento de uma vaga na categoria de Investigador Auxiliar da carreira de investigação científica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., na área científica de Bioquímica, biologia molecular e genética.

Nos termos do artigo 20.º do diploma supra referenciado e sob proposta de Conselho Científico, nomeio o respetivo júri que terá a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Jorge Miguel Alberto de Miranda, Presidente do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.;

Vogais:

Professor Catedrático, Adelino Canário, Universidade do Algarve;

Professor Associado com Agregação, José Mestre Prates, Universidade Técnica de Lisboa;

Professor Catedrático, Pedro Mouradas Ferreira, Universidade do Porto;

Investigadora Principal, Maria Leonor Nunes, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

13 de dezembro de 2012. — O Presidente, *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

206604816

#### **Despacho n.º 16198-D/2012**

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 157/99, de 14 de setembro, o Conselho Diretivo do IPMA, I. P. deliberou nomear o júri do concurso interno documental, na modalidade de reserva de recrutamento, com vista ao preenchimento de duas vagas na categoria de Investigador Auxiliar da carreira de investigação científica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., na área científica de Meteorologia.

Nos termos do artigo 20.º do diploma supra referenciado e sob proposta de Conselho Científico, nomeio o respetivo júri que terá a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Jorge Miguel Alberto de Miranda, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.;

Vogais:

Professor Catedrático Casimiro Adrião Pio, Universidade de Aveiro; Professora Associada com Agregação, aposentada, Ana Maria Silva, Universidade de Évora;

Professor Auxiliar com Agregação, Alfredo Rocha, Universidade de Aveiro;

Investigadora Principal com Agregação, Fátima Filomena Guedes Abrantes, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

13 de dezembro de 2012. — O Presidente, *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

206604905